

**Para além do rural e do urbano: Um ensaio teórico acerca do projeto rururbano
na ocupação Dandara - Belo Horizonte/MG**

Beatriz Ribeiro Machado¹
Beatrizribeiro.ufv@gmail.com
Universidade Federal de Viçosa
Brasil
Douglas Mansur da Silva²
Douglas.mansur@terra.com.br
Universidade Federal de Viçosa
Brasil

Resumo

Este ensaio procura discutir aspectos teóricos acerca das disputas em torno dos significados da morada rururbana e sua efetivação material e cotidiana ao longo do processo de constituição da Ocupação Dandara, situada na metrópole de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no Brasil. No decorrer da fase de rediscussão das pautas sobre a ação política da Dandara, emergiu, como parte da agenda, a articulação entre moradia, geração de renda e trabalho. Neste sentido, proposições voltadas para agricultura foram amplamente defendidas pelo Movimento dos Sem Terra (MST) que integrava, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), e as Brigadas Populares, as bases da luta por moradia. No período de ocupação, estas forças construíram a categoria “rururbano”, unindo o acesso à moradia às demandas de trabalho. Este artigo analisa a configuração sócio espacial da morada, bem como a organização de um modo de vida que se colocavam como desafios aos moradores e lideranças da Dandara, além da articulação unificada de uma pauta política de movimentos sociais rurais e urbanos.

Palavras-chave: Rururbano, Moradia, Ocupação Dandara.

A gestação da Ocupação Dandara

Contar a história da Ocupação Dandara, “por anos considerada o maior conflito social urbano de Minas Gerais” (Joviano, advogado popular e militante das BP’s), é essencial para a construção deste trabalho. Para isso, retorno aos meses que precederam o dia 9 de abril de 2009, data da ocupação do terreno na região da Pampulha em Belo Horizonte, onde hoje se localiza a Dandara. Neste recorte temporal, se iniciaram os planejamentos acerca da ocupação e a importante parceria constituída entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Brigadas Populares e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

“Então, antes, 1 ano antes da Dandara nascer, nós começamos a discutir com o MST de Minas, principalmente com a Brigada metropolitana do MST que era a brigada Aiara Van Berg” (Joviano, Advogado Popular e militante das BP’s).

Durante estes meses, onde “a Dandara foi gerada” (Frei Gilvander, entrevista agosto 2016), a união destes movimentos de luta por moradia, no campo e na cidade, inspirados nas *Comunas*¹, (o Assentamento Tomas Balduino, na cidade de Franco da Rocha – SP), vivenciou o conceito rururbano desenvolvido no Brasil pelo MST.

Durante a busca por trabalhos acadêmicos que abordassem o conceito rururbano não encontrei referências na literatura brasileira, apenas na literatura latino-americana de língua hispânica, como Argentina e Colômbia. Nestes trabalhos a definição de rururbano é dada como

La idea de espacio rururbano puede asociarse a la de continuo rural urbano desarrollada por antropólogos como Redfield o Lewis, quienes contribuyó a matizar la dicotomía que se expresa a través de la oposición de esta dos categorías. Desde el punto de vista del análisis territorial, se han intentado establecer diferentes categorías dentro de este continuo que permitiesen ubicar, en un extremo, al espacio claramente urbano y en el otro al espacio indudablemente rural (BARROS, 1999, p.52).

Entretanto, no Brasil o conceito rururbano é desenvolvido pelos movimentos de reforma agrária, em especial MST e a CPT (esta última a partir da ocupação Dandara). Atualmente, outros movimentos, como o movimento urbano (MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) trabalham essa perspectiva de ocupação rururbana, na Ocupação Manoel Aleixo, localizada na cidade de Mário Campos, RMBH, que ocupou o terreno no dia 1º de maio de 2017.

Neste trabalho, dada sua característica de narrar as categorias que emergem dos movimentos e moradores envolvidos, incorporarei durante toda a escrita as definições concedidas durante as entrevistas das lideranças. Os sujeitos envolvidos no processo de idealização da ocupação e logo, do modelo rururbano, são as principais vozes que explicitam as definições planejadas para a concepção rururbana.

Ainda assim, muitos me perguntam, mas não seria Rurbano? Não, não é rurbano, não se trata de um equívoco e nem de uma releitura conceitual. Rurbano é uma categoria analítica sociológica que possui trabalhos acadêmicos dedicados a seu desenvolvimento.

¹ A Comuna da Terra foi elaborada com a proposta de ser uma forma de assentamento em que haja infraestrutura, acesso à informação, tecnologia etc. Em que haja também uma organização espacial que propicie uma maior centralidade. Enfim, a Comuna da Terra é elaborada de forma a ter um caráter mais urbano que os assentamentos convencionais. No entanto, ela não se enquadra como espaço urbano/rural a partir de imprecisões ou transições. Não constitui um espaço em transição do rural para o urbano. É um espaço que se propõe a ser rural, posto que de reprodução do modo de vida camponês, e urbano, ou com elementos do urbano, posto que demanda os benefícios que a urbanidade criou ao longo dos séculos (Goldfarb, 2007).

Rururbano é uma categoria nativa, um novo aspecto/termo com força de prática que surge a partir dos movimentos envolvidos; é o ideal de um modo de vida *rururbano*.

Dandara nasceu do encontro de dois sonhos ousados. Do sonho dos militantes das Brigadas Populares em construir uma ocupação diferente, que pudesse gerar uma experiência que encantasse, que servisse de exemplo para repensar a cidade; do sonho do MST em unir o campo e a cidade, desfazendo as fronteiras que geram um distanciamento entre as lutas por terra em todo Brasil; e dos sonhos de centenas de famílias em ter uma terra para construir uma comunidade diferente para viverem (MIRANDA, 2012, p. 60).

As reuniões aconteciam na casa dos próprios militantes e uniam os movimentos: MST e Brigadas, junto à CPT e o Fórum de famílias do Barreiro. “Isso, foi 6 meses a cada 15 dias na casa do Pedro Otoni, no Frei Gilvander no Planalto, na Conceição. E nós sempre fazia uma reuniãozinha entre o grupo das Brigadas, a CPT e o MST para se planejar. Quando chegamos num consenso, olha vai ser tal dia, aí nós já estávamos com a área na mão, organizada a área”, conta o militante do MST, Joaquim.

A trajetória destes três movimentos provém de origens distintas entre eles. A Comissão Pastoral da Terra, por exemplo, nasce em 1975 durante o “Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia”, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam”². A CPT nasce com fortes vínculos com a igreja católica, porém, posteriormente adquire um caráter ecumênico tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs.

Já o Movimento dos Sem Terra, segundo Sigaud (2005), nasce em 1984, em Cascavel, no Paraná, a partir de uma demanda pelo acesso à terra. A questão da Reforma Agrária, principal pauta do movimento, surge devido ao grande número de latifúndios espalhados em diversas regiões do país desde o Brasil Colônia. Proveniente dos sindicatos rurais, os trabalhadores rurais desprovidos do direito de produzirem seus alimentos, se organizam em prol da ocupação de fazendas que não cumprem sua função social.

Posteriormente, o movimento participa da construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quanto aos artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social. Atualmente, com mais de 30 anos de história, o movimento está organizado em 24 estados, em todas as regiões do Brasil.

² <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>

Enquanto as Brigadas Populares se formaram em 2005 a partir do grupo de estudos marxistas que envolvia algumas universidades de Belo Horizonte, com maior destaque da Faculdade de Direito da UFMG. Atualmente, a organização promove ações na RMBH, em diversos municípios mineiros como Mariana, Itabira, Ipatinga, Timóteo, Divinópolis, Açucena, Formiga e São João Del Rey, etc., bem como, pontualmente, em todas as regiões do país divididos em vários estados.

A Dandara nasce em meio a dois projetos arrojados. O primeiro, dos movimentos urbanos, de promover uma ocupação com um impacto diferente na cidade, mostrando as diversas possibilidades que essa nos permite. O segundo, dos movimentos rurais, de (enfim) unir as pautas dos movimentos de reforma urbana e agrária, desfazendo as fronteiras entre os debates e lutas por terra (território) no campo e na cidade.

O interesse em unir as pautas destes três distintos movimentos, CPT, MST e BP's, trouxe a dimensão da ruralidade e da urbanidade, voltadas não apenas para a esfera da luta por moradia, mas também articulados ao trabalho e à produção, superando os modelos de ocupação já existentes (MIRANDA, 2012). Nesta nova perspectiva, não há o engessamento das práticas do sujeito: o morador destas áreas tanto pode estar dedicado exclusivamente ao trabalho da terra, como pode produzir nela em seu tempo disponível, aspecto fundamental no que tange as regiões urbanas.

Porém, são muitos os desafios em regiões com grande adensamento populacional. Terrenos urbanos, em especial a área onde se instalou a ocupação, possuem dificuldades com abastecimento de água, o que dificulta ou mesmo impossibilita a produção de alimentos em larga escala. A falta de infraestrutura até para consumo próprio impossibilita a produção de hortaliças.

Outro ponto relatado pelos moradores é a dificuldade em se manter sem o trabalho formal. Nas regiões metropolitanas, a própria configuração da cidade leva os sujeitos a esta necessidade da venda de mão de obra, ainda que caracterizada por subempregos, para que possam sobreviver aos altos impostos e serviços da metrópole. Trata-se da dependência da força de trabalho metropolitana que é, muitas vezes, precarizada e gera, além de desgastes físicos, horas de transporte até os destinos.

Desta maneira, dificulta-se a possibilidade de cultivar plantas e cuidar de animais. O próprio sistema induz o trabalhador nas grandes cidades a não buscar essa soberania alimentar³, ao conduzir o consumo de alimentos às vias do capital: “A mãe levanta 4h da

³ Ao conectar a agricultura urbana a uma abordagem que apresenta as práticas agrícolas urbanas como instrumento de resistência dos grupos historicamente marginalizados para que revigorem suas lutas

manhã para fazer faxina lá não sei qual bairro, chega de tardinha. Para ela é mais fácil pegar um iogurte na padaria do que ter que preparar a comida (...)” (Sãozinha, membro da RECID).

Focados no aspecto emancipador da experiência rururbana e a par das dificuldades e necessidades dos futuros moradores, as chamadas “reuniões de formação” junto às bases, ou mesmo entre os militantes, ficaram mais intensas nos três meses antecessores à ocupação. Nestas reuniões, com a presença de militantes dos movimentos envolvidos, foram debatidos aspectos como dinâmica das cidades, oficinas de agroecologia e assentamentos no campo (MIRANDA, 2012), além da decisão relativa ao terreno a ser ocupado.

Muitos dos moradores que atualmente vivem na Dandara, “chegaram depois” do processo prévio à ocupação, ou seja, não participaram destas reuniões de “gestação da ocupação” e do processo de formação. Sendo assim, é difícil mapear aqueles que - para além da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) - receberam algum tipo de formação ligada à agricultura urbana diretamente dos movimentos. Como quando questionados, durante as entrevistas, se houve alguma formação de agricultura e quintais promovida pelo MST ou parceiros:

“Não, é até onde que eu entrei no processo da liderança que eu saiba, não! Do meu ponto da onde eu entrei até hoje não! Mas os demais pode ser que chegou a ter, ne? Por que tinha pouca família e aí teve a demanda de mais família. Pode ser que eles deram, a história que a gente sabe é essa...Que a ideia era esse espaço, ne? Poucas famílias e construir o rururbano, o rural dentro da cidade, é essa história que eu sei. “(Felter, Morador da Ocupação e militante das BP’s).

“Nascida e crescida aqui (em Belo Horizonte), não sabia plantar nada, aprendi aqui! Eu ia muito às reuniões da AMAU, inclusive eu tenho aqui no terreiro os pés de jabuticaba aqui que veio do MST, o MST ajudou muito a gente aqui, trouxe um caminhão de muda! Eu peguei três de laranja, uma de figo, uma de acerola, e uma de jabuticaba! “(Dona Ângela, Moradora da Ocupação e militante das BP’s).

A mobilização dos futuros moradores, como relata Lourenço (2014), ocorreu via movimentos sociais envolvidos na organização das atividades. As Brigadas Populares, que atuavam no território em torno do Anel Rodoviário (Vila da Paz e Vila da Luz) mobilizaram esses moradores em situações precárias.

Outro grupo formado para ocupar a região baseou-se na lista de espera proveniente da Ocupação Camilo Torres, no bairro Barreiro, organizada pelas BP’s em Belo

cotidianas, observa-se não somente a reivindicação ao acesso ao território e à cidade, mas também por uma justiça ambiental e autonomia sobre o próprio corpo e saúde (ALMEIDA; COSTA, 2014).

Horizonte. Na ocasião, a demanda de moradores foi maior que a capacidade do terreno, o que gerou esta lista de pessoas interessadas a morar na nova ocupação. Já o MST mobilizou as famílias do bairro Ribeiro de Abreu e assentamentos rurais na RMBH.

O processo de localização do terreno para ocupação se desenvolveu em diferentes linhas. Primeiro foi necessário o mapeamento - neste caso executado pelos movimentos sociais -, de grandes lotes que não cumpriam sua função social. Estes lotes, ou “latifúndios urbanos” como nomeiam os militantes, serviram (e ainda servem) à especulação imobiliária durante décadas. Muitas vezes, com seus impostos atrasados e em estado deplorável de conservação, segundo Lourenço (2014), como foi o caso do terreno de mais de 40 hectares onde se localiza a Dandara. Como narra seu Orlando, morador da ocupação, “era um mato, mas não era um mato de valor não. Um capim!”

“(…) Dandara aconteceu da melhor forma possível, aquilo ali foi uma coisa ótima, nós visitamos a área da Granja Werneck⁴, para poder fazer a ocupação. Depois nós visitamos uma área que é na José Cândido da Silveira que eu acho que é da UEMG, nós visitamos, mas era uma área pequena vimos que não dava. E visitamos aquela área perto do aeroporto, perto ali do centro administrativo, uma área que eles construíram até uma pista de *kart* lá embaixo. Qual era o nosso objetivo naquela área? Era ocupar aquilo ali e puxar aquele povo do Palmital tudo para baixo e fazer um “auê” naquilo ali, mas nós percebemos que poderia ser um pouco difícil para nós, e resolvemos visitar uma outra área, e nós visitamos uma área que hoje está o Dandara” (Joaquim, Militante do MST).

⁴ Área de 350 hectares onde hoje é localizado o complexo de ocupações chamada Izidora. Segundo Bizzotto (2015), uma área de 2 km² consiste em área de preservação ambiental, repleta de nascentes e área nativa. Há, também nesta área uma comunidade quilombola, o Quilombo das Mangueiras, que se instalou na região na segunda metade do século XIX e, hoje, contempla 19 famílias numa área de 2 hectares. Porém, a posse de parte do terreno envolve a propriedade da terra pela família Werneck. O médico Hugo Werneck recebeu do município de Belo Horizonte uma parcela da área da Izidora, via decreto municipal, para construção de um sanatório para cura da Tuberculose. Com a falta de clareza dos termos de doação sobre perímetro, localização e finalidade do terreno doado, a área se torna, após a falência do Sanatório, uma produtora rural denominada Granja Werneck S/A. Também foi apesar de lei posterior que ratificou a legislação anterior, inclusive a que instituiu a doação, a autora relata que a posse foi mantida com os Werneck, apesar do evidente desvio de finalidade do uso das terras doadas pelo Estado. Entre outros nove proprietários de glebas no terreno, a prefeitura de Belo Horizonte também possui uma parcela das terras.

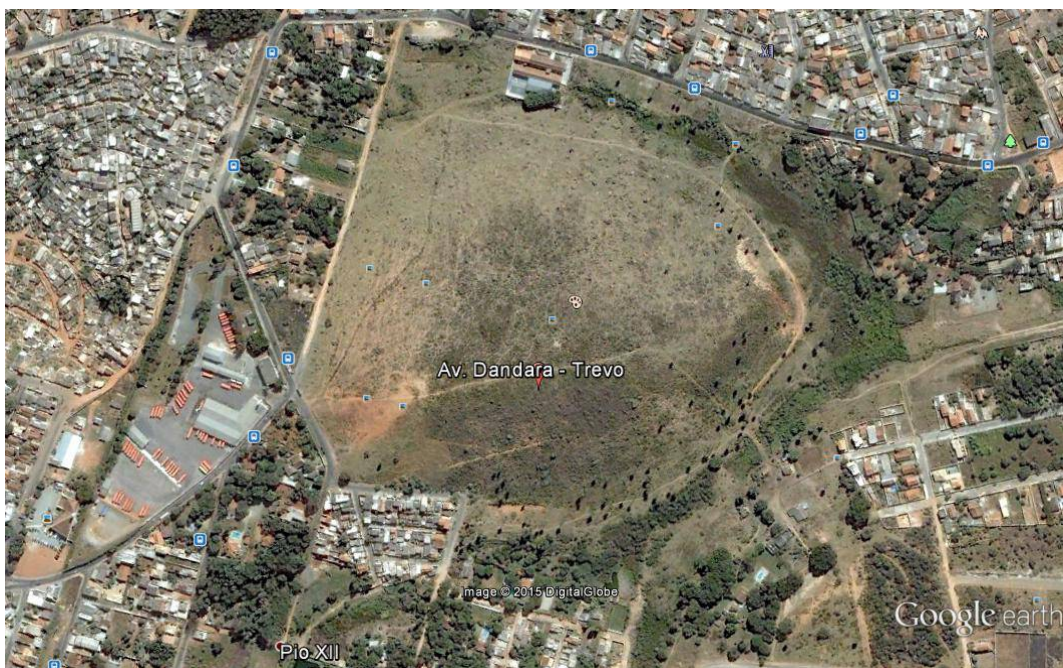


Figura 3: Imagem de satélite de 31 de maio de 2008, anterior à ocupação.

Fonte: Google Earth (2/10/2015), adaptada por Beatriz Ribeiro Machado (2015).

Em relação ao terreno, existem diversos relatos de antigos moradores da região como sendo um terreno de “desova”, como eles definiam. É um terreno onde o tráfico dos bairros do entorno utilizava para venda de drogas. Já foram encontrados corpos, vítimas de assassinatos, além de o local ser considerado uma rota para fugir da polícia ligando uma região a outra do bairro. Este antigo terreno negligenciado, onde hoje se localiza a Dandara, quem reivindica a posse é a Construtora Modelo S.A, no entanto a situação jurídica da terra é bastante complexa.

Segundo Lourenço (2014), devido a uma escola pública instalada no local, os militantes durante o período de formação da ocupação, entenderam que a área se tratava de posse do Estado. No entanto, pouco antes de ocupar o terreno, tomaram conhecimento de que se tratava de uma propriedade privada. A Construtora seria responsável pela construção de unidades habitacionais populares, como no programa “Minha Casa Minha Vida”, porém o terreno fora negligenciado por anos e a obra não foi sequer projetada pela Construtora.

Os movimentos motivados pela controversa instalação de uma escola pública em um terreno privado estimulou a busca por maiores informações acerca da área, o que revelou que a construtora não pagava os tributos de IPTU – Imposto Predial e Territorial

Urbano à prefeitura de Belo Horizonte, somando uma dívida de mais de 2⁵ milhões na época.

Além disso, segundo Lourenço (2014), a suposta proprietária do terreno, a construtora Modelo, não possuía nenhuma documentação que comprovasse sua posse. No lugar de um Registro do Imóvel, a construtora apresentou uma Promessa de Compra e que é considerada juridicamente frágil, mormente em um conflito fundiário como o que se desenrolava.

A construção do ideal rururbano

“O que nós queremos lá é diferente, nós queremos lá é uma produção alimentícia, queremos o sistema hidráulico, de pintura, sistema mecânico, padaria, supermercado, farmácia, tudo lá dentro para o povo poder ficar lá dentro” (Joaquim, militante do MST).

O planejamento em torno dessa lógica rururbana se inicia com a junção do MST, CPT e Brigadas Populares. “Na discussão a gente já pensava, porque qual que era o raciocínio? MST, rural, o urbano, as Brigadas junto com a CPT, e aí surgiu a palavra rururbano (Joaquim, entrevista outubro 2016)”. Sendo essa uma categoria interna do movimento, o planejamento e a construção deste espaço rururbano se deu nos limites das reuniões entre os idealizadores da ocupação.

Inspirados pelas Comunas da Terra em São Paulo, os movimentos almejavam construir uma ocupação que possibilitasse aos moradores a produção de alimentos, mas que, para, além disso, fosse capaz de construir uma autonomia no cotidiano destas famílias.

“O rururbano é uma mistura de movimento rural, que é o MST, junto com a ocupação urbana, que é o caso da Dandara. O rururbano é aquilo que eu te falei, o sistema Comuna da Terra, aonde entra o movimento rural junto com o movimento urbano. Aonde vai trabalhar um tramite, onde vai levar as famílias do urbano para poder se produzir no espaço que tem, criando ali igual nós pensava na época, oficina mecânica, padaria, artesanato, e outras coisas, então isso era o sistema rururbano que a gente pensava” (Joaquim, Militante do MST).

A proposta inicial se baseava na dificuldade do trabalhador em se locomover nos grandes centros. Como dito anteriormente, a cidade de Belo Horizonte possui seu cordão

⁵ Disponível em: <http://diplomatie.org.br/dandara-e-a-luta-por-habitacao-em-belo-horizonte/>

de isolamento, chamado av. do Contorno, e a partir de suas bordas, crescem as periferias e regiões mais recentes. Este processo de isolamento, além de diversas complexidades, obriga os sujeitos que vendem sua mão de obra a deslocar-se para regiões distintas daquelas onde vivem. O quanto este caro processo de deslocamento⁶, muitas vezes, gera migrações internas na cidade. O pedreiro que sempre precisa mudar o local de trabalho, a empregada doméstica que sai da periferia para limpar casas nos bairros centrais, ou nos condomínios afastados do centro, e claro, ainda mais afastados da periferia.

Esta migração interna advém também da saída da periferia dos grandes bairros “nobres” da cidade (parte elementar da formação da cidade), o que desvincula o morador/trabalhador das suas redes locais (serviço, trabalho, etc). Os constantes processos de expulsão/remoção, ainda que não tenham feito parte da abordagem relativa às histórias de vida dos sujeitos neste trabalho, muitas vezes remetem também à sua saída dentro de uma região nobre da própria metrópole, e daí vem a necessidade do deslocamento desproporcional cotidiano.

Outro aspecto importante levantado pelos movimentos no processo de criação do rururbano foi a necessidade da presença de debates sobre a soberania alimentar. A ideia do cultivo de hortas, comunitárias e individuais, de modo a dar autonomia alimentar aos moradores da ocupação. A produção do próprio alimento, além de gerar uma qualidade na saúde das famílias, gera renda através do excedente da produção.

A ideia rururbano se pautava na permanência dos moradores na comunidade. Através de seus ofícios, ao gerar a circulação da economia local, não seria necessária a venda de mão de obra para empresas fora do território da ocupação. Pensando na criação de associações e cooperativas, os moradores poderiam produzir e vender o excedente de modo a manter o espaço cooperado e suas despesas pessoais. Portanto, seria uma produção e um modo de vida pautado na cooperativa de produção.

Entretanto, é importante frisar que este modelo não se inseria como uma exigência. Aqueles que desejassem trabalhar em outras localidades, seriam autônomos em suas decisões. A proposta era de que a Dandara, ao invés de “exportar” sua mão de obra, poderia atrair clientes de outras regiões para os serviços prestados na comunidade.

“Mas a ideia era pensar, porque tradicionalmente as ocupações do MST, em regra, as pessoas não podem trabalhar na cidade, tem que produzir exclusivamente na terra, viver na terra, e a gente percebe que o perfil, esse perfil do velho e bom camponês que mantém seus vínculos com a terra, que produz e vive ali, exclusivamente, ele está cada vez mais difícil de ser

⁶ O serviço de transporte oferecido pela Empresa de Transporte e Transito de Belo Horizonte – BH Trans atualmente, em 2017, cobra 4,05 pela passagem de ônibus.

encontrado. Inclusive, o MST de São Paulo, já há um bom tempo, mobilizava as pessoas nas cidades para fazer a ocupação, inclusive nos albergues, pessoas que estão nos albergues e não tem onde morar, em situação de rua. Só que aí, como é que você lida com esse perfil de pessoa que está na cidade? Então, o rururbano foi meio que uma saída! O rururbano é uma possibilidade de hibridação desses dois universos a partir da dimensão produtiva, sobretudo. Então, seria uma ocupação que estivesse no Peri urbano, não estivesse nem longe e nem perto da cidade, nem muito incrustada no perímetro urbano, mas ao mesmo tempo próximo, que tivesse condição de trabalhar uma dimensão produtiva agrícola, mas que tivesse abertura para trabalhar outras formas produtivas não agrícolas necessariamente. De testar formas cooperadas a partir do perfil das famílias! Então, se tiver famílias ali que dá para pensar uma cooperativa de artesanato, ou famílias que dá para pensar uma cooperativa de cozinha, e sem deixar em vista também a produção de agricultura urbana, então seria aquelas pessoas que quisessem trabalhar na cidade, não teria necessariamente que ter esse vínculo obrigatório com a terra de produção agrícola e tal, então seria uma forma mais flexível de lidar. Era essa ideia! Era essa a concepção, era esse o desejo também, tanto das Brigadas como do MST! De experimentar um acampamento rururbano, no início a ideia era que o modelo fosse de meio hectare por família, pensar uma área reduzida de certo modo, mas que daria para ter hortas comunitárias, e que a gente fosse pensando possibilidades de produção cooperada a partir do perfil das famílias que estivessem ali, então não precisava necessariamente ser agrícola” (Joviano, Advogado Popular e Militante das BP’s).

Esta projeção de modo de vida tinha como norte valorizar a profissão das diversas famílias que ali iriam morar. A ideia de cooperativas, que não necessariamente agrícolas, daria liberdade de escolha ao proletariado que se submete a empregos precários nas grandes cidades para conseguir sustentar a família.

Dentro desta perspectiva, os movimentos constituíram o conceito rururbano, que é diferente do conceito rurano, de Gilberto Freyre (1982), que em sua concepção pretende (re)conceituar o espaço agrário, tendo como objetivos norteadores o desenvolvimento da ecologia e a destruição dos latifúndios. Já no que diz respeito à reconstrução da cidade, para que se torne o complemento ao mundo rural, seria necessária a destruição da dependência das rotinas em relação ao consumo desenfreado, o que acaba por dar lastro ao uso ostensivo de algumas culturas.

Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vida rurais e valores de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos. Trata-se de uma rejeição à mística de urbanização, por um lado, e, por outro lado, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas (Freyre, 1982, p. 57).

Portanto, as categorias rurano e rurubano, apesar de próximas, não são sinônimos. Enquanto uma trata do rural e urbano, dos valores e resgates entre estes dois

lugares, da questão agrícola e do latifúndio (...), a outra, rururbano, parte de um referencial político de ocupação de espaço, e de autonomia econômica e social, direcionado às populações em situações de precariedade, em regiões periurbanas.

Ainda que estes dois conceitos se cruzem em vários momentos, definitivamente não querem dizer a mesma coisa. A origem destes conceitos é a principal distinção que podemos fazer entre eles. Enquanto o rururbano provem de estudos acadêmicos, o rururbano é criado pela união de movimentos sociais em um recorte local e temporal.

O rururbano nasce da *práxis* de movimentos de luta por direito à terra. Ou seja, é a união do conhecimento e da ação. É o processo de interferência do gênero humano nas condições ambientais, através da luta de classes. “O desvelamento do mundo e de si mesmas, na *práxis* autêntica, possibilita às massas populares a sua adesão” (Freire, 2015 p.229).

No rururbano, os movimentos se unem em suas diferentes experiências e abordagens, mas com um objetivo comum de ocupar uma área específica. É uma maneira alternativa de pensar o ato de ocupar. E que para busca promover uma concepção híbrida de espaço, sem grandes engessamentos acerca dos modos de vida rurais ou urbanos, tendo em vista a autonomia que um e outro são capazes de proporcionar.

Segundo Freire (1996 p.12), “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”. Sendo assim, quando há a união entre a prática e a teoria, tem-se a *práxis*, como ação criadora e modificadora da realidade.

A *práxis*, sendo esta atividade teórico-prática, é onde a teoria se modifica constantemente em relação à experiência, que por sua vez se modifica constantemente em relação a teoria. No rururbano, é a ação concreta idealizada para além dos movimentos, afinal, a ação prática é onde os moradores tornam o rururbano concreto ou não.

O rururbano se caracteriza como a prática que desenvolve a teoria. Seja na prática da agricultura urbana, nos modos de vida, ou na própria negação da possibilidade que de fato haja um movimento rururbano vinculado à Dandara. É através da experiência, ou seja, observação, e das teorias iniciais em relação ao rururbano que podemos desenvolver reflexões mais aprofundadas sobre o tema.

Considerações

A ocupação é o que a torna real. Ela se fez com a autonomia dos que lá construíram suas moradias, e essa é a essência do rururbano, a essência da autonomia. Foge ao ideal dos movimentos, surgem disputas internas, várias lógicas se desmembram no desenrolar de sua história, porém, é um desenrolar que vem de dentro da ocupação. É a resposta direta ao ideal de uma reforma urbana pautada na autonomia. Uma visão de empoderamento daqueles que ocupam e constroem diariamente a ocupação.

Para os moradores, alguns acreditam que a comunidade nunca foi rururbana, outros entendem como um ideal que não seguiu já logo nos primeiros meses, e ainda existem os que confirmam a “rururbanidade” da comunidade nos dias atuais. A nós, visitantes, apoiadores, leitores destas rotinas, cabe assimilar os conhecimentos e conclusões daqueles que vivem no local.

Se muitos ainda chamam a Dandara de rururbana, outros nem tanto, a lógica e o modelo de ocupar, a construção em torno de uma ideia de autonomia e acima de tudo a união dos movimentos sociais é uma construção histórica de um processo de luta que reverbera no presente.

Seja a Dandara rururbana ou não, a constante construção coletiva de processos de luta e rupturas de paradigmas urbanos que ela deixa para a cidade e para os movimentos é de força, união e resistência. O modelo proposto trouxe uma nova perspectiva de cidade e esta ideia ainda está presente, de alguma maneira, nas casas e ruas da ocupação Dandara.

O trabalho de repensar o modelo ao qual estamos habituados será sempre perceptível na ocupação. Fruto do processo de formação, fruto das assembleias e debates entre moradores, fruto da luta e resistência pela permanência no terreno. O rururbano, por fim, se tornou o que a comunidade gostaria que ele se tornasse, porque a construção e desconstrução da Dandara foi e ainda é coletiva. Dandara é fluída, é um espaço de fronteiras que segue seus caminhos autônomos, rumo à sua liberdade.

Bibliografia

ALMEIDA, Daniela A. O. de; COSTA, H. S. M. *Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana*. III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. Belém – PA, 2014.

BARROS, Claudia. *De Rural a Rururbano: Transformaciones Territoriales y Construcción de Lugares al Sudoeste del Área Metropolitana de Buenos Aires*. In:

IBEROAMÉRICA ANTE LOS RETOS DEL SIGLO XXI. Número extraordinario dedicado al I Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona - Nº 45 (51), 1999.

BIZZOTTO, L. M. *#ResisteIzidora: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte: Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Histórico*. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>> visto em 8 de maio de 2017.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. ed. 59 rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: Que é?* Recife: Massangana, 1982.

GOLDFARB, Yamila. *A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOURENÇO, Tiago C. B. *Cidade Ocupada* [manuscrito]. 2014. 232f Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MIRANDA, Isabella G. *Ocupando Sonhos. A Comunidade Dandara e as ocupações de terras nas cidades: Emancipação Social e Reforma Urbana*. 2012. 139f. Monografia - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

SIGAUD, Lygia. *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*. Novos Estudos Cebrap. Nº 58: pp. 73-89, 2000.

SIGAUD, Lygia. *As condições de possibilidade das ocupações de terra*. Tempo social, vol. 17, n. 1, 2005.